

A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO POLÍTICA DE GESTÃO TERRITORIAL: ESTUDO DE CASO COM A BANANA DE CORUPÁ

Geographical indication as territorial management policy: a case study with Banana of Corupá

Prof. Dr. Paola Beatriz May Rebollar
Universidade Federal de Santa Catarina
paola.rebollar@gmail.com

Acadêmica Roseli Siewert
Universidade Federal de Santa Catarina
roseli.siewert@gmail.com

Eng. MSc. Victor Barbosa do Carmo
Universidade Federal de Santa Catarina
aratingaambiental@gmail.com

Resumo:

As informações cadastrais tem por objetivo permitir aos gestores públicos a definição de estratégias de ordenamento de um território e possibilitar a sociedade o acompanhamento deste processo. Dentre as diversas estratégias de gestão existentes, as indicações geográficas são utilizadas em diferentes partes do mundo como ferramentas de proteção a propriedade intelectual, aplicáveis tanto a produtos quanto a processos, que se caracterizam por especificidades socioculturais, históricas e ambientais. O Brasil conta com quarenta e sete IG aprovadas e noventa e quatro pedidos em andamento. Em Santa Catarina, diversos produtos agrícolas apresentam potencial para obtenção da IG porque sua produção apresenta relação direta com a história colonial do estado e ainda possuem especificidades de sabor, textura, aspecto que as diferenciam dos demais. Dentre estes produtos é possível citar a banana da região de Corupá que apresenta sabor e aromas característicos, inserida no contexto da agricultura familiar. Esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo de solicitação da IG para a banana de Corupá, Santa Catarina, nos anos de 2015 e 2016. Em Corupá, a IG pode ser uma estratégia de enfrentamento da concorrência que ao mesmo tempo valoriza o engenho produtivo dos colonos e o diferencial de qualidade apresentado pela banana local. O Cadastro Técnico Multifinalitário pode incorporar as informações geográficas tornando-as acessíveis e centralizadas. Esta ação permitiria a inclusão desta variável em processos de planejamento territorial.

Palavras-chave: Informações territoriais, Proteção a propriedade intelectual, Indicação de Procedência.

Abstract

The cadastre information is intended to allow public managers to define planning strategies of a territory and enable the company to monitor this process. Among the various existing management strategies, geographical indications are used in different parts of the world as protection tools intellectual property applicable to both products and processes, which are characterized by socio-cultural, historical and environmental features. Brazil has forty-seven IG approved and ninety-four applications pending. In Santa Catarina, many agricultural products have the potential to obtain IG because its production is directly related to the colonial history of the state and still have specific flavor, texture, appearance that differentiate them from others. Among these products we can mention the banana Corupa region that has characteristic flavor and aromas into the context of family farming. This research aims to analyze the process of requesting the IG for banana Corupá, Santa Catarina, in the years 2015 and 2016. In Corupá, IG can be a coping strategy of competition at the same time enhances the productive engine of settlers and the quality differential presented by the local banana. The Technical Multipurpose cadastre can incorporate geographic information making them accessible and centralized. This action would allow the inclusion of this variable in territorial planning processes.

Anais do COBRAC 2016 - Florianópolis –SC – Brasil - UFSC – de 16 à 20 de outubro 2016

Keywords: Territorial Information , Protection of Intellectual Property , Indication of Origin

1 INTRODUÇÃO

As informações cadastrais tem por objetivo permitir aos gestores públicos a definição de estratégias de ordenamento de um território e possibilitar a sociedade o acompanhamento deste processo. A partir do cadastro a gestão pública é capaz de definir, de forma coerente e baseada em informações confiáveis, a forma como será realizada a gestão territorial. Esta gestão implica na definição de estratégias voltadas para o desenvolvimento, entendido como melhoria da qualidade das condições sociais, econômicas e ambientais existentes. Em um contexto mundial de padronização de produtos e processos, a valorização da diversidade cultural pode ser uma estratégia de gestão interessante voltada para o desenvolvimento de um território.

Dentre as diversas estratégias de gestão existentes, as indicações geográficas (IG) são utilizadas em diferentes partes do mundo como ferramentas de proteção à propriedade intelectual, aplicáveis tanto a produtos quanto a processos, que se caracterizam por especificidades socioculturais, históricas e ambientais. Estas indicações oferecem vantagens competitivas na medida em que funcionam como: a) ferramentas de proteção legal, b) instrumento mercadológico de diferenciação e incremento de valor final, c) mecanismo de preservação patrimonial e d) estratégia de desenvolvimento social e econômico.

Em Santa Catarina, diversos produtos agrícolas apresentam potencial para obtenção da IG porque sua produção apresenta relação direta com a história colonial do Estado e ainda possuem especificidades de sabor, textura, aspecto que as diferenciam dos demais. Dentre estes produtos é possível citar a banana da região de Corupá. A banana (*Musa sp.*) é uma das frutas mais consumidas no mundo. A boa aceitação da banana tem relação com seu valor nutricional, já que é fonte energética, contém minerais e vitaminas. Além disso, esta fruta apresenta diversos aspectos sensoriais favoráveis como a ausência de suco na polpa e de sementes duras, e a presença da casca que funciona como uma “embalagem” individual, de fácil remoção, higiênica e prática. A disponibilidade da fruta durante todo o ano também contribui para a sua aceitação.

A produção de banana é responsável pela geração de divisas para o Brasil e pela fixação de mão-de-obra no meio rural. A bananeira é cultivada em todos os Estados brasileiros, desde a faixa litorânea até os planaltos do interior. Entretanto, certos fatores ambientais, como o solo, temperatura e regime de chuvas, provocam diferenças perceptíveis na fruta conforme o local de produção. Dentre as diferenças notáveis está o sabor.

Em Santa Catarina uma área produtora de bananas destaca-se por produzir uma fruta com sabor e aromas característicos, inserida no contexto da agricultura familiar: a Região de Corupá. Esta região que produz bananas se estende por quatro municípios: Corupá, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e Schroeder. Estes municípios estão localizados no Vale do Rio Itapocu, na subida do Planalto Norte Catarinense e fazem parte da rota turística denominada Caminho dos Príncipes.

A Região de Corupá apresenta condições especiais que tornam a banana produzida no local diferenciada. Apresenta um microclima de vale mais quente e úmido com maior amplitude térmica e chuvas bem distribuídas o ano todo em função da localização junto às encostas da Serra do Mar. Estas condições fazem com que o tempo necessário para a produção de um cacho de bananas seja maior quando comparado às demais cidades produtoras. Como consequência deste fenômeno ocorre maior acúmulo e transformação dos açúcares e ácidos naturais das frutas,

resultando em bananas mais aromáticas e saborosas. Esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo de solicitação da IG para a banana de Corupá, Santa Catarina, nos anos de 2015 e 2016.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento desta pesquisa incorporou diversas equipes de trabalho. Uma das equipes, composta por profissionais do Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (CIRAM) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), verificou as condições edafoclimáticas locais e delimitou o polígono geográfico onde as características específicas que possibilitam a diferenciação da fruta estão presentes. Outra equipe, composta por profissionais do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) fez as análises químicas para identificação dos elementos diferenciadores da banana da região de Corupá.

A terceira equipe, composta por profissionais do CCA/UFSC e pesquisadores locais, fez o levantamento histórico com os bananicultores buscando identificar as peculiaridades histórico-culturais relacionadas a bananicultura local. Esta última parte da pesquisa é apresentada neste artigo.

Para a realização deste levantamento, o método utilizado foi a entrevista aberta, que consiste na proposição de uma questão aberta geradora do relato do entrevistado (ALEXIADES, 1996). A questão aberta proposta teve relação com a técnica denominada história de vida por Bom Meihy (2005) onde o entrevistado é convidado a contar a trajetória histórica de sua família. Esta técnica apresenta a vantagem de deixar o entrevistado divagar sobre os aspectos que ele considera relevante em relação a sua história de vida e permite ao entrevistador acrescentar elementos que poderiam não ser percebidos em entrevistas estruturadas.

Conforme apontado por Cunningham (2001), o principal desafio na aplicação de entrevistas baseadas em histórias de vida tem relação com o estabelecimento de uma relação de confiança entre entrevistador e entrevistado, já que a falta deste sentimento reduz a disposição das pessoas em relatar suas trajetórias. Para contornar este problema, a equipe contou com uma pesquisadora que faz parte da comunidade local e é filha de um produtor de bananas da região. Desta forma, a entrevistadora fazia parte do grupo étnico e foi capaz de estabelecer uma relação de confiabilidade, dando maior relevância aos relatos obtidos.

Foram entrevistadas 60 pessoas que representam as famílias de bananicultores da região de Corupá. Todas as entrevistas foram registradas em cadernos de campo, gravações de áudio e vídeo previamente autorizadas pelos entrevistados.

3 GESTÃO TERRITORIAL

A Gestão é a ação de prever, organizar, comandar, coordenar e controlar informações e recursos físico-pessoais para alcançar algum objetivo pré-definido (CHIAVENATO, 2000; KOONTZ e O'DONNELL, 1964). Territórios são espaços geográficos determinados que apresentam alguma coerência interna (THERY e MELLO, 2008). No Brasil, oficialmente existem os territórios municipais, estaduais e federais. No entanto, pesquisadores e gestores públicos utilizam a expressão território para representar espaços definidos que apresentam características físicas e culturais semelhantes, ainda que não sejam respeitadas as fronteiras municipais ou estaduais (SELTZER e CARBONELL, 2011).

A Gestão Territorial demanda planejamento. O planejamento implica na utilização de informações técnico-científicas que permitam elaborar estratégias e metas para o uso do solo.

Planejar significa definir a solução para um conjunto de problemas através da revisão de antecedentes, do delineamento de métodos e procedimentos eficientes para tomada de decisão racional e embasada (EBERL, 1982). Segundo Loch (1993), o planejamento de um território deve partir da organização espacial, considerando as características físicas que apontam a forma como o espaço pode ser ocupado racionalmente.

As estratégias de Gestão Territorial aplicadas no Brasil apresentam a separação entre os planejamentos rural e urbano. Isto pode ser considerado uma limitação uma vez que o funcionamento dos ecossistemas e os efeitos do uso do solo nos ambientes naturais afetam tanto os espaços rurais quanto urbanos. Uma forma de contornar esta limitação é a utilização do recorte espacial em territórios que abarcam características sociais construídas coletivamente, bem como, características físicas, econômicas e ambientais em comum.

Um território é composto por espaços rurais, urbanos e áreas conservadas que apresentam inter-relações entre si e se influenciam mutuamente. Consistem em uma construção de atores sociais para resolver um problema produtivo comum (JEAN, 2010). O desenvolvimento de um território é fruto de uma combinação das mudanças mentais e de atitude de uma população que se organiza e realiza ações voltadas para solução de dificuldades coletivas.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas podem ser definidas como as ações dos governos visando ordenar os diferentes setores da sociedade. Mead (1995) define tais políticas como um campo de estudo que analisa as ações dos governos no que se refere às grandes questões públicas. Já Lynn (1980), as define como um conjunto de ações governamentais que produzem efeitos específicos.

Dentre as inúmeras políticas públicas existentes no Brasil, são de especial relevância para esta pesquisa aquelas relacionadas a proteção da propriedade intelectual. Estas normas visam determinar quem pode ou não utilizar as criações e empreendimentos desenvolvidos por indivíduos, grupos de indivíduos ou empresas. Definem, ainda, de que forma tais ativos podem ser utilizados e que tipo de permissão é necessária para seu uso.

As primeiras leis voltadas à proteção da propriedade intelectual no Brasil datam do período colonial. Em 1809, D. João VI promulgou o Alvará de 28 de abril que dava privilégio exclusivo de uso das invenções desenvolvidas no Brasil aos inventores por um período de 14 anos. Em 1830 surge a primeira lei que protege os inventores brasileiros (28/08/1830, sem número). Em 1923 surge o Código Brasileiro da Propriedade Industrial através do Decreto Federal 16264 que unificou os institutos de patentes e marcas e introduziu no país a noção de denominação de procedência. A Constituição Federal de 1988 que versa sobre os direitos de propriedade dos autores de inventos industriais. Já nos anos 1990 surgem legislações como Lei Federal 9279/2006 que regula os direitos e obrigações relacionados a propriedade industrial e foi alterada pela Lei Federal 10196/2001.

Inicialmente, a propriedade intelectual considerava apenas as criações materiais, mas passou a englobar também as ideias de produção ou a ideia que permite a reprodução dos produtos. Essa necessidade de proteção se estende também para as atividades agropecuárias. Conforme a legislação vigente existe quatro estratégias de proteção a propriedade intelectual relacionadas a este ramo da economia: patentes, proteção de cultivares, marcas e indicações geográficas (IG) (INPI, 2016).

As IG podem ser de dois tipos: denominação de origem (DO) e indicação de procedência

(IP). Esta forma de proteção se diferencia das demais porque relaciona fatores naturais e humanos que caracterizam os processos relacionados a diferentes produtos e, tais processos, geram diferenciais de qualidade perceptíveis (INPI, 2016). Esta estratégia de proteção remonta à Antiguidade e é amplamente utilizada na Europa visando proteger produtos tradicionais que possuem uma qualidade distintiva. Este tipo de esquema de proteção de propriedade intelectual valoriza o conhecimento tradicional associado e, por isso, protege a diversidade cultural. Essa valorização decorre ainda da tendência à homogeneização, padronização e impessoalidade inerentes ao mundo globalizado. Neste contexto, valorizar a origem, a história, os valores culturais é o objetivo da IG (MEDEIROS, 2015).

A lei 9279/1996 estabeleceu a possibilidade de IG em suas duas modalidades. O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é órgão responsável pela concessão das indicações no Brasil. Para obter a IG os produtores devem estar organizados em algum tipo de associação representativa e comprovar a relação entre o produto ou processo e aspectos históricos e físicos relacionado a uma circunscrição geográfica verificável. É necessária a existência de um regulamento para o uso do nome geográfico e a comprovação de uma estrutura de controle. O Brasil conta com quarenta e sete IG aprovadas das quais trinta e nove são IP, nove DO nacionais e oito DO estrangeiras reconhecidas pelo INPI. Santa Catarina possui apenas uma IG aprovada (Vales da Uva Goethe). Em todo país existem noventa e quatro pedidos em andamento (INPI, 2016).

5 A BANANA DE CORUPÁ

Ao norte do estado de Santa Catarina uma área produtora de bananas destaca-se por produzir uma fruta com sabor e aromas característicos, inserida no contexto da agricultura familiar: a Região de Corupá, que se estende por quatro municípios: São Bento do Sul, Corupá, Jaraguá do Sul e Schroeder.

Esta região apresenta um microclima de vale mais quente e úmido com maior amplitude térmica e chuvas bem distribuídas o ano todo em função da localização junto às encostas da Serra do Mar. Estas condições fazem com que o tempo necessário para a produção de um cacho de bananas seja maior quando comparado às demais cidades produtoras. Como consequência deste fenômeno ocorre maior acúmulo e transformação dos açúcares e ácidos naturais das frutas, resultando em bananas mais aromáticas e saborosas.

No século XIX, os imigrantes que se instalaram na Região de Corupá tiveram como preocupação produzir alimentos necessários para a subsistência das famílias, pois nos primeiros anos, os alimentos eram trazidos em canoas desde Joinville. Somente nos anos seguintes, teve início a produção local em espécies vegetais como laranja, batata, arroz, feijão, mandioca e também a criação de animais como o gado, porcos e galinhas (KORMANN, 1985; SILVA, 1975).

É possível afirmar que a partir de 1897 a bananicultura começou a se desenvolver na Região de Corupá, cultivada nas áreas com maior declividade e pedregosidade, onde as demais culturas agrícolas não conseguiam se desenvolver. Nessa época, já alcançava uma produtividade maior do que o consumo local era capaz de absorver (KORMANN, 1985; SILVA, 1975).

Para evitar o desperdício da fruta, alguns produtores de Corupá, iniciaram a produção de “bananas passa” ainda nos primeiros anos da colonização. A desidratação é uma técnica de

conservação de alimentos com baixo custo que consiste na remoção da água através da elevação da temperatura. Sem a água, diminui o desenvolvimento de microrganismos que estragam a fruta. O resultado final é uma fruta desidratada, sem conservantes, sem adição de açúcar que preserva diversos minerais como o potássio (KORMANN, 1985; SILVA, 1975).

Em 1914, o Sr. Herman Burchart e o Sr. Arthur Meyer fundaram uma fábrica de farinha de banana verde para fabricação de pães e alimento para o gado, onde também fabricavam “banana passa”. A fábrica foi vendida para o Sr. Alfredo Lange que ainda está operando no mesmo prédio até os dias atuais.

Com o surgimento das ferrovias, a produção de bananas pode ser comercializada fora da Região de Corupá, assim surgiram os primeiros comerciantes, como o Sr. Arthur Hoch, Sr. Evaristo Monteiro, Sr. Willy e Sr. Luiz Maffezzolli, Sr. Vicente Brugnetti e Sr. Rudolfo Fey. Quando o trem encostava, os comerciantes avisavam os produtores, os cachos verdes eram cortados, acondicionados em carroças puxadas por cavalos e levados até a Estação de Cargas.

O Sr. Reinaldo Stelter lembra que as estradas que ligavam os bairros até o centro eram precárias, principalmente em dias chuvosos. Ele relata que “precisava ter uma parelha de cavalos muito boa para carregar 600kg de banana do Rio Paulo até a estação ferroviária”. O Sr. Arthur Gesser lembra que “os bananicultores combinavam de levar os carregamentos de bananas em carroças ao mesmo tempo para que, se alguma carroça ficasse presa, todos pudessem ajudar. Depois de todo este trabalho, descarregavam na estação e então era uma festa”.

No ano de 1922, o Relatório de Gestão de Negócios do Município de Joinville destacou a produção comercializada de 400.000 cachos de bananas. Ao longo das décadas seguintes a produção continuou aumentando (JOINVILLE, 1922). A partir de 1926, a banana tornou-se o principal produto econômico da Região de Corupá. O produtor Sr. Arthur Gesser lembra que “em 1927, já existiam bananais formados que produzem até hoje”. Em 1938, a banana já era a fruta mais produzida em Santa Catarina. Em 1948, o município de Jaraguá do Sul produziu 3.200.000 cachos da fruta (SANTA CATARINA, 1948).

Nas décadas de 1940 e 1950, com a construção das rodovias, alguns comerciantes locais como Sr. Erenfredo Tureck, Sr. Haroldo e Sr. Egon Kuhl, Sr. Rodolfo Fey, Sr. Francisco Judachwski, Sr. Bertoldo Hishing, Srs. Bruno e Evaldo Beseke, Sr. Fritz Bosse, Sr. Edmundo Packer, Sr. Osvaldo Steinlein, Sr. Alvin Stricker e Sr. Florentino Tomaselli deram início ao transporte rodoviário de bananas em Corupá, Jaraguá do Sul e Schroeder. Os produtores de São Bento do Sul escoavam sua produção através de Corupá. Estes intermediadores que, muitas vezes, também eram produtores, compravam as bananas em cachos nas propriedades e as transportavam para diversas regiões de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. O Sr. Aldo Sell destaca que “os compradores vinham buscar as bananas na propriedade com o caminhão, pesavam na balança e levavam em cachos, mas a banana ficava muito machucada, pois vinha da roça, ia para o rancho, colocava na balança e ia para o caminhão”.

Em 1976, próximo à Sociedade Canto e Esporte Guarani, foi instalada a primeira climatizadora pelos produtores e automaticamente, comerciantes, o Sr. Haroldo Kuhl, Sr. Ivo Lange e Sr. Adelino Hauffe. Climatizadora é uma estufa onde a fruta amadurecia com rapidez através da manutenção de temperatura. Mais tarde, em 1980, o produtor Sr. Antonio Vicente Tureck instalou outra climatizadora no bairro Rio Novo. Estas mudanças permitiram que a banana da Região de Corupá fosse capaz de alcançar novos mercados, como Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Argentina e Uruguai.

No ano de 1970 foi instalado no município o primeiro escritório da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), hoje Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Esta instituição tinha o objetivo de prestar serviços de extensão rural e assistência técnica aos produtores, em especial à produção de arroz e de banana. Desde a instalação do escritório na região, foram desenvolvidas diversas atividades de extensão e cursos visando o desenvolvimento da bananicultura. Os primeiros extensionistas que desenvolveram estas atividades foi o agrônomo Valdir Giusti e, depois, o técnico Julio Cesar Dominoni.

A partir de 1980, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (EMPASC) deu início a projetos de pesquisa voltados para a bananicultura. A equipe de pesquisadores envolvidos com a bananicultura era composta pelos agrônomos Dr. Luiz Alberto Lichtemberg, Jorge Luiz Malburg, Robert HarriHinz, Gilmar Zaffari e Honorio Francisco Prando. Os primeiros esforços foram direcionados para a melhoria do sistema de produção de bananas. Foram analisados a densidade de plantas, adubação, desbaste, desfolha e controle de doenças foram analisados. Os primeiros experimentos foram implantados na propriedade do Sr. João Bender em Corupá.

Em seguida, os pesquisadores buscaram soluções para a questão da concentração da safra, experimentando diferentes épocas de plantio, cultivo intercalado e diferentes adubações de primeiro ano. Como resultado foi possível distribuir a colheita ao longo do ano, assim a produtividade da banana de Corupá saltou de aproximadamente 10 toneladas por hectare para 35 toneladas por hectare.

A partir da década de 1990, os pesquisadores direcionaram seus esforços para a melhoria da qualidade da fruta. Uma das estratégias para alcançar este objetivo foi a busca e disseminação de variedades de banana com potencial. O Dr. Luiz Alberto Lichtemberg conta que “sempre que a gente localizava uma planta interessante em algum bananal, a levávamos para a estação experimental e deixávamos entoiceirar para analisar suas características, se a planta fosse realmente interessante, era introduzida na coleção de cultivares de onde extraíamos mudas para plantar nas propriedades dos agricultores e realizar avaliação ou competição de cultivares”. Com a implantação do Laboratório de Cultura de Tecidos Vegetais na Estação Experimental de Itajaí foi possível dar início a produção de clones das variedades interessantes que eram distribuídos aos agricultores da região.

A busca pela qualidade contou também com pesquisas relacionadas ao ensacamento do cacho para garantir a aparência da casca. Também foram criadas recomendações para a colheita e pós-colheita, como cuidados com o transporte visando causar o mínimo de danos às frutas. Outra recomendação importante para pós-colheita foi a instalação das casas de embalagens em linha nas propriedades rurais. Nestas casas são realizados os procedimentos de higienização, classificação e embalagem dos frutos para envio ao mercado. Segundo o Sr. Ivo Lange “antigamente, qualquer sombra de árvore frondosa servia de casa de embalagem”.

A produção de bananas na Região de Corupá sempre apresentou muitos desafios: relevo montanhoso, alta pedregosidade, fotoperíodo curto, temperaturas baixas em clima subtropical. As ações dos bananicultores apoiadas pelas atividades empreendidas pela ACARESC, EMPASC e EPAGRI foram importantes na superação dos desafios e estabelecimento dos sistemas de produção utilizados atualmente que permitiram o grande desenvolvimento da produção de bananas na Região de Corupá.

Para garantir a produção era necessário que os produtores tivessem acesso aos insumos industriais utilizados nos bananais. Com o intuito de diminuir esse custo, grupos de produtores

tiveram a iniciativa de organizar sistemas de compras coletivas diretamente da indústria produtora de insumos, surgindo às primeiras associações.

Em 1992, surgiu a Associação de Bananicultores de Jaraguá do Sul (ABAJAS). Esta associação possui cento e oitenta sócios que representam, aproximadamente, cento e trinta propriedades. O Sr. Marcio Dematte, presidente da ABAJAS destaca que “a organização dos agricultores na associação é fundamental, especialmente em um município como Jaraguá do Sul, onde o foco econômico não é a produção agrícola”.

Schroeder também possui uma associação de produtores chamada Associação dos Bananicultores de Schroeder (ABS), fundada em 1992 por vinte e seis sócios fundadores. Atualmente, cento e quatro famílias compõem esta associação. O Sr. Geraldo Prust, presidente da ABS, destaca a importância da associação para dar suporte aos produtores tanto em períodos de bons rendimentos quanto em períodos de crise. “O agricultor tem que cuidar e confiar no seu produto; em grupo é mais fácil”.

Em 30 de julho de 1994, noventa e nove produtores de Corupá formaram a Associação dos Bananicultores de Corupá (ASBANCO). Hoje a ASBANCO é uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo permitir que os bananicultores atuem de forma organizada na busca do desenvolvimento sustentável da atividade, procurando manter sempre o equilíbrio entre a produção e preservação do meio ambiente, proporcionando a satisfação das pessoas que vivem no meio rural, bem como, dos consumidores. Atualmente é dirigida por treze diretores e dez conselheiros fiscais, conta com uma equipe de oito funcionários que atendem os quatrocentos e dezenove associados que correspondem a, aproximadamente, 70% dos bananicultores da Região de Corupá.

São Bento do Sul possui uma associação chamada APROSUL, Associação de Produtores Rurais de São Bento do Sul, fundada em 2013, que atende a todos os produtores do município das mais variadas culturas agrícolas. Os bananicultores deste município fazem parte desta associação, mas também participam da ASBANCO.

Segundo o presidente da associação Sr. Marcos Martini “o foco da ASBANCO é dar apoio ao pequeno produtor”. Ao longo de sua existência a associação atuou como representação de seus sócios perante os poderes públicos e indústrias, negociando melhores condições na aquisição de produtos, na comercialização dos produtos e na assistência técnica. Conforme Eliane Cristina Müller, filha de produtor e diretora executiva, “o trabalho da ASBANCO visa dar competitividade aos produtores familiares com foco na diferenciação do produto por sua qualidade”.

As associações de bananicultores lutam por soluções eficazes e pelos interesses dos agricultores há mais de vinte anos. Por isso, são pilares de desenvolvimento na região porque analisam o processo de produção, trazem conhecimento, tecnologia e planejamento para produção sustentável.

Em 2002, conquistou o título de Capital Catarinense da Banana através da Lei Estadual 12.472, reconhecido como maior produtor da fruta no Estado. Em 2012, por meio de decreto municipal, a data de 21 de agosto é o Dia da Banana no município. A primeira festa da banana foi realizada em 1982 na propriedade do Sr. Alvaro Denk. Nos anos seguintes, a prefeitura municipal, o Rotary Club e Lions Club fizeram eventos comemorativos da bananicultura da Região de Corupá, enaltecendo a cultura, a atividade agrícola, a gastronomia e o modo de viver dos agricultores familiares da região.

Em 2005, surgiu o Projeto Fibras da Bananeira, uma iniciativa conjunta entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul (SDR), EPAGRI representada pela

extensionista Sra. Maria Depin, Centro Universitário de Jaraguá do Sul (UNERJ), Instituto de Estudos em Arquitetura, Moda e Design (Orbitato), Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e artesãs da Região de Corupá. O projeto buscou encontrar usos para os subprodutos da bananicultura e proporcionar novas fontes de renda, especialmente, às mulheres bananicultoras. Agricultoras como as senhoras Elfi Mokwa, Rita Garcia, Ivone Teresinha Mathias, Renita Conrad, Sandra Luiza Tamanini, Vandira Teresa Savallisch e Iraci Behr Laube participaram do projeto desenvolvendo diversos produtos com a fibra da bananeira (SDR, 2010).

Em 2006, foi fundada a primeira cooperativa de agricultores familiares, bananicultores, no bairro Rio Novo, a Cooper Rio Novo. Esta cooperativa envolve vinte e uma famílias que trabalham para que seu produto chegue diretamente ao consumidor. Do quadro social da Cooper Rio Novo, composto por quarenta e sete associados, dezesseis tem menos de trinta anos, indo ao encontro do objetivo de fazer com que o jovem permaneça na atividade agrícola. Recentemente, esta cooperativa investiu em uma nova tecnologia que permite rastrear a procedência da banana, o QR code. Um código QR (quick response – resposta rápida) é um código de barras bidimensional, seguro e inviolável pelas centenas de caracteres que o compõem. Conforme o Sr. Valmor Farias³¹, presidente da Cooperativa “o consumidor merece receber um produto bom e saber quem produziu e de onde veio; e se veio da Capital Catarinense da Banana melhor ainda”.

A relevância da banana da Região de Corupá é tão grande no cenário da bananicultura nacional e internacional que em agosto de 2015, o município sediou o III Congresso Latino-Americano e do Caribe de Bananas e Plátanos, promovido pela Rede da América Latina e Caribe para a Pesquisa e Desenvolvimento da Banana (MUSALAC) e pela ASBANCO. Este evento internacional nunca havia acontecido no Brasil. O objetivo central do congresso foi reunir pesquisadores de diversos países para discutir questões específicas da bananicultura em climas subtropicais.

Em 2015, o Brasil foi o quinto maior produtor mundial de bananas e Santa Catarina o terceiro maior produtor nacional. Neste contexto econômico, a Região de Corupá é a maior produtora catarinense, responsável por 85% (oitenta e cinco por cento) da produção estadual. São 5.500 (cinco mil e quinhentos) hectares de bananais que produzem 150.000 ton. (cento e cinquenta e cinco mil toneladas) ou 8.000.000 cx. (oito milhões de caixas) de bananas por ano. Desta produção, 8.000 t. (oito mil toneladas) são exportadas para os países vizinhos. A bananicultura movimenta aproximadamente R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais) por ano tornando a economia local vigorosa.

Hoje, mais de 800 (oitocentas) famílias de produtores garantem a qualidade dos produtos através de sua dedicação diária. Todas as bananas passam pela avaliação das mãos e olhos dos agricultores para garantir um produto de confiança que leva consigo esta história aprimorada por anos.

A ASBANCO, ABAJAR e ABS buscam um caminho de sustentabilidade para a produção de bananas na Região de Corupá. A proteção ambiental, a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos locais associados a segurança alimentar e a possibilidade de reprodução econômica e cultural das famílias de agricultores são as principais estratégias que estão sendo utilizadas para percorrer este caminho.

Com o apoio do SEBRAE, recentemente, os associados da ASBANCO, ABAJAS e ABS querem alcançar um novo objetivo para a Região de Corupá: o registro de uma Indicação Geográfica (IG), na modalidade Denominação de Origem (DO), para a banana da região de Corupá. A indicação é conferida a produtos ou serviços que são característicos do seu local de

origem e atribui reputação, valor intrínseco, identidade própria e distinção em relação aos seus similares no mercado.

O registro da IG é realizado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e é reconhecido pela Secretaria de Agricultura e da Pesca do Estado de Santa Catarina e pelo Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Este reconhecimento permite que a IG seja utilizada em acordos comerciais em âmbito nacional e internacional.

Segundo o pesquisador da EPAGRI, Dr. Luiz Alberto Lichtemberg, a banana da Região de Corupá apresenta muitas características interessantes que a distinguem das frutas produzidas nas outras regiões. Em primeiro lugar é importante destacar que a bananicultura na Região de Corupá é secular e envolve um complexo cultural de agricultores familiares específico que só pode ser encontrado na região. Além disso, a produção de bananas é realizada com sucesso em clima subtropical, fato surpreendente para um cultivo agrícola reconhecidamente tropical. A produção em clima subtropical promove um estresse climático na planta, tanto pela diferença de temperatura ao longo do ano quanto pela amplitude térmica existente entre o dia e a noite. Este estresse afeta a qualidade da polpa, principalmente no que se refere a maior presença de ésteres, sólidos solúveis e potássio. Esta diferença é percebida pelo sabor mais doce que a fruta apresenta em relação as demais. Além do sabor diferenciado, a produção em clima subtropical apresenta outra vantagem que é a menor suscetibilidade a doenças, permitindo ao produtor produzir a fruta com muito menos aplicação de produtos químicos do que em outras regiões produtoras do Brasil e principalmente da América Central.

A partir destes indicativos, em 2014 vem sendo desenvolvido o projeto para construção da IG da “Banana Doce por Natureza” da Região de Corupá. Após a conclusão deste projeto, a banana da Região de Corupá será a primeira IG – Indicação Geográfica para este fruto na América do Sul e no Brasil a ser reconhecida como uma IG, a segunda de Santa Catarina. A importância deste reconhecimento vai além da Região de Corupá e se estende a todo o país e internacionalmente, uma vez que a banana é um produto importante do ponto de vista econômico e social tanto para Santa Catarina quanto para o Brasil.

A IG é uma vantagem competitiva para a bananicultura local porque reflete a organização e qualificação dos produtores. O Sr. Marcio Dematte, presidente da ABAJAS destaca que, “nossa expectativa é que a IG nos ajude a divulgar a qualidade singular que nossa banana possui”. Esta indicação consiste na permissão do uso da identidade da IG - DO nos produtos da banana da Região de Corupá, geralmente por meio de um selo aprovado pelos produtores e concedido aos produtores e comerciantes que trabalharam este produto, que além da qualidade, apresenta características culturais de manejo e trato peculiares com a cultura e o produto, associadas a condições edafo-climáticas e características culturais da Região de Corupá. O selo de identidade da IG - DO será estendido a todos os produtores localizados na Região de Corupá, que apresenta clima subtropical, natureza exuberante e montanhas características que envolvem parte dos municípios de São Bento do Sul, Corupá, Jaraguá do Sul e Schroeder em áreas de produção da fruta alcançando até 600 metros de altitude nestas montanhas. O Sr. Marcos Martini, destaca que “os produtores deverão estar inseridos em alguma associação para que possam utilizar o selo, assim será possível rastrear a banana e garantir sua qualidade”.

Para o desenvolvimento do projeto da IG - DO, além do SEBRAE, os produtores da Região de Corupá contam com o apoio de diversas instituições dando suporte para a elaboração de um dossiê: Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina

(CCA/UFSC), Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (CIRAM/EPAGRI), Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SEAPA–SC), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa de Pesquisa e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina (EPAGRI) através dos escritórios regional e municipais, Prefeituras e Secretarias de Agricultura dos municípios da Região de Corupá, e Associação dos Bananicultores de Corupá e região (ASBANCO)

A IG da Banana da Região de Corupá inaugura uma nova fase da produção local. Em uma longa trajetória de mais de cem anos de muitos desafios, angústias e superação, as famílias de bananicultores conseguiram prosperar. O produtor Sr. Arthur Gesser hoje com 89 anos diz: “eu nasci na banana e estou até hoje”. Apesar das dificuldades, a cooperação familiar e o empenho dos indivíduos que compõem as famílias foram fundamentais. Como mencionou a Sra. Carmen Kuhl “muitas vezes os problemas nos faziam pensar em desistir, mas eu sempre apoiei e estamos com a banana até hoje”. A ênfase na busca pela qualidade e o orgulho pelo sucesso também é presente nas falas da população local, como mencionou o Sr. Alvaro Denk, “você vai em qualquer praça, daqui até a Argentina, fala em banana da Região de Corupá e as pessoas pensam em fruta boa, com qualidade, e isso é uma alegria”.

Com esses novos desafios, a esperança foi renovada e a população da região de Corupá continua investindo sua energia na produção de bananas, que se estende pelas encostas das montanhas revelando a todos a obra e o engenho de gerações que por ali passaram plantando e colhendo a banana que é doce por natureza.

5 CONCLUSÕES

As IG podem ser utilizadas como ferramenta econômica, bem como, estratégia de gestão territorial onde produtos ou processos que possuem um valor cultural relevante sejam protegidos e fomentados. Em Corupá, a IG pode ser uma estratégia de enfrentamento da concorrência que ao mesmo tempo valoriza o engenho produtivo dos colonos e o diferencial de qualidade apresentado pela banana local.

O Cadastro Técnico Multifinalitário pode incorporar as informações geográficas tornando-as acessíveis e centralizadas. Esta ação permitiria a inclusão desta variável em processos de planejamento territorial.

Caso a IG seja devidamente aprovada pelo INPI, será interessante pesquisar os impactos sociais e econômicos de sua implantação na região. Esta informação pode alimentar modelos de gestão territorial que visam à valorização e proteção da diversidade cultural, paralelamente ao fomento econômico de arranjos produtivos locais.

Referências Bibliográficas

ALEXIADES, M. N. **Selected guidelines for ethnobotanical research**: a ethnobotanical research field manual. New York: New York Botanical Garden, 1996. 306 p.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Editora Loyola, 2005. 291p.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Apresenta a constituição federal brasileira de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei 9279 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília: Presidência da República, 1996.

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral da Administração.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

CUNNINGHAM, A.B. **Applied Ethnobotany.** London: Earthscan, 2001. 321p.

JOINVILLE. **Relatório da Gestão dos Negócios do Município de Joinville no ano de 1922.** Joinville: Arquivo Histórico Municipal de Joinville, 1922.

KORMANN, J. **Hansa Humboldt ontem, hoje Corupá.** Corupá: Edição do Autor, 1985.

LOCH, C. Cadastro Técnico Multifinalitário Rural como base à organização espacial do uso da terra a nível de propriedade rural. 128 p. **Tese para Professor Titular.** Centro Tecnológico. Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Currents**, v. 37, n.2, p. 1-4. 1995.

MEDEIROS, M.L. Indicações geográficas, turismo e desenvolvimento territorial. **Tese** (Doutorado). Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2015.

SC. Santa Catarina. **Relatório.** Florianópolis: Arquivo Histórico Municipal de Joinville, 1939.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Caminhos Trançados:** a trajetória do Projeto Fibra de Bananeira no Vale do Itapocu. Jaraguá do Sul: SDR, 2010.

SILVA, E. **Jaraguá do Sul:** um capítulo na povoação do Vale do Rio Itapocu. Jaraguá do Sul: Edição do Autor, 1975.

THERY, H.; MELLO, N.A. **Atlas do Brasil:** disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp, 2008. 150p.